

2. Globalização

Dentre os conceitos trabalhados, globalização basicamente norteará esta pesquisa. A partir do estudo realizado, viemos a considerar que a Via Campesina seja fruto da globalização (Desmarais, 2003; Rodrigues, 2001; Nicholson, 2003), de forma que não seria possível explicar este ator sem que se tenha clareza sobre a definição deste conceito.

Adotamos o conceito de globalização de Scholte (2002, 2005b), que desenvolve uma explicação histórico-sociológica, segundo a qual: “Globalização engloba a reconfiguração da geografia social a partir de uma crescente conexão interplanetária entre as pessoas” (2005, p.17).

Diferentemente de visões reducionistas da globalização, que a caracterizam como internacionalização, liberalização, universalização ou ocidentalização; de acordo com a perspectiva de Scholte (2005), a globalização gerou uma alteração na natureza do espaço social:

Globalização é a difusão de conexões transplanetárias entre as pessoas, e mais recentemente, de conexões supraterritoriais. A partir desta perspectiva, a globalização envolve reduções de barreiras aos contatos transmundiais. As pessoas tornaram-se mais aptas: física, legal, cultural e psicologicamente a engajarem-se umas com as outras em *um só mundo* (Scholte, 2002, p.14).¹

Para entendermos a sua conceituação, faz-se necessário conhecer o sentido que o autor dá a certos termos-chave.

O espaço é a palavra-chave no trabalho de Scholte.

O autor identifica na globalização uma transformação do espaço social, de uma base territorial para uma base supra-territorial. Com isto pretende dizer que o uso do termo global implica em uma nova configuração do espaço, enquanto

¹ Tradução livre.

arena de interação e experiência humana, o que significa que o mundo deve ser percebido como uma totalidade e não mais como uma soma de territórios.

Nesta definição, as palavras global, transplanetário e transmundial são tratadas como sinônimos e estão relacionadas ao processo da globalização desde a sua emergência, já supraterritorialidade seria uma palavra recente, associada à globalização contemporânea.

A palavra globalidade é usada em dois sentidos: como relações ou conexões transplanetárias, ou como conexões supraterritoriais. Globalidade equacionada a conexões transplanetárias é um sentido mais antigo para o termo, e denota relações entre pessoas situadas em qualquer lugar do planeta, já Globalidade como supraterritorialidade denota uma mudança qualitativa nas relações sociais. O adjetivo supraterritorial é definido pelo autor como “relações sociais que transcendem substancialmente a geografia territorial” (Scholte, 2005, p. 61). O que significa que o espaço social contemporâneo vai além da existência física material de terra, água e ar: o espaço social hoje é também virtual e o tempo, simultâneo e instantâneo.

Pode-se considerar que uma excelente imagem para ilustrar esta mudança seja a Internet, que possibilitou com que pessoas conectem as mesmas páginas, conversem entre si e realizem operações em tempo real, de qualquer lugar do planeta para qualquer lugar do planeta, simultaneamente. Este exemplo ilustra como a relação tempo-espaço sofreu muito mais do que um processo de aceleração – uma mudança quantitativa – tendo passado por uma transformação qualitativa, passando a ser caracterizada pela simultaneidade, instantaneidade e pelo não lugar.

A palavra mundo não deve ser equacionada à palavra global. “Mundo é o todo sócio-geográfico, enquanto global é apenas uma de suas qualidade” (Scholte, 2005, p. 65). E a palavra internacional aqui também tem um sentido diferente de global: “trocas internacionais ocorrem entre países, enquanto transações globais ocorrem dentro de uma unidade planetária”(p.65), o que significa que política global tem um significado mais abrangente do que política internacional, assim como economia global difere de economia internacional.

Pode-se considerar que com sua definição, o autor revele a mudança ocorrida na capacidade e forma de estabelecimento de relações sociais na

atualidade. Destacando o fato que, somente neste momento histórico, tornou-se possível que pessoas situadas em qualquer ponto da terra possam relacionar-se – de forma virtual ou presencial – com outras pessoas em qualquer outro ponto do planeta. Hoje, cada vez mais pessoas teriam noção da globalidade do mundo, independente do grau de instrução e localização geográfica.

O autor defende que a estrutura social do mundo tornou-se mais complexa, porque além das relações sociais territoriais – constrangidas pela territorialidade e pelo tempo – passou a incorporar novas formas de relações sociais – marcadas pelo não lugar e pela simultaneidade, que não podem ser compreendidas pela geografia territorial. A nova realidade social demandaria a criação de uma geografia global que interprete o mundo como um todo social e não mais como um conjunto de países delimitados por mares e fronteiras territoriais e políticas.

A territorialidade perdeu importância como referência conceitual, mas o território (enquanto lugar) continua sendo uma importante referência sócio-espacial. De forma que uma geografia global não implicaria no fim do território, assim como a globalização não implicou no fim do estado, mas na sua reconfiguração (Scholte, 2005)

Pode-se considerar que um aspecto importante da globalização de Scholte seja liberar a política mundial do reino exclusivo dos estados e das relações interestatais. A sua conceituação torna possível conceber a política mundial como uma prática que envolve agentes sociais em interação por sobre os limites e o controle dos estados, em busca de alterar o curso da globalização.

O pensamento de Scholte aproxima-se, em certos aspectos, do pensamento de outros autores, como Held e McGrew (1999). Estes três autores percebem a globalização como um processo de longa duração, e que a partir do fim do século XX, sofreu mudanças inéditas de natureza quantitativa e qualitativa, em áreas tão diversas como produção, governança, identidade e conhecimento, as quais fizeram da globalização contemporânea, um momento único na história. Segundo estes autores, este processo difere da internacionalização de momentos anteriores pela intensidade, extensividade, velocidade e impactos das mudanças e efeitos causados em áreas diversas como economia, tecnologia e, principalmente, no fluxo de pessoas, idéias, dinheiro, poluição, epidemias e bens materiais e imateriais. O que os levou a afirmarem que a globalização contemporânea tem

como uma de suas principais características, a compressão da relação espaço-tempo.

A título de exemplo, pode-se tecer uma comparação entre o fluxo de pessoas no século XIX e na atualidade. O grande fluxo migratório do século XIX teria sido considerável, mas não teria tido a flexibilidade e velocidade atuais. Fora uns pequenos números de ricos, a maioria dos migrantes fazia uma viagem definitiva, para não mais retornar à sua terra natal.

Este quadro teria começado a mudar a partir da metade do século XX e se intensificado nas últimas décadas deste século. A partir do aceleração dos avanços tecnológicos nas áreas de transportes, tornaram-se possíveis as viagens de curta duração, a passeio ou a trabalho, que geraram um fluxo de pessoas e idéias com uma constância, extensividade e intensividade, incomparáveis ao do século XIX (Held e McGrew, 1999; Scholte, 2005).

Além dos avanços tecnológicos, na área de transportes, novas formas de comunicação, como a Internet, as transmissões via satélite e os celulares, também teriam reduzido a relação tempo-espaço. Scholte menciona como exemplos de superação das barreiras territoriais à comunicação e informação entre as pessoas, as transmissões de eventos esportivos em tempo real, como a copa do mundo e as olimpíadas; as redes de televisão transnacionais, como a CNN e a Aljazeera, e a internet.

Held e McGrew (1999), assim como Scholte (2005) consideram que o processo de globalização ainda está em curso, mas alegam que as tendências apontam para o seu acirramento. A partir desta suposição, o fundamental não seria questionar se o mundo está ou não se tornando mais globalizado e sim, qual o direcionamento que vai tomar esta tendência. E neste ponto, Scholte (2005) traz uma importante contribuição ao destacar que a globalização não é boa ou ruim por excelência, já que as suas conseqüências, efeitos e tendência futura seriam questões de natureza política.

Mas quais seriam as forças que impulsionaram a globalização?

Scholte oferece uma explicação multifacetada para globalização, considerando o significado causal de aspectos ideacionais e materiais. Segundo esta concepção, a reconfiguração da geografia social está embutida em uma

dinâmica maior, relacionada à combinação de mudanças nos padrões de produção, governança, identidade e conhecimento.

Por este ponto de vista, a globalização não seria fruto de uma só variável, mas da interação complexa de diferentes forças encravadas na ordem social – estrutura – somado ao resultado da agência de atores sociais.

De forma que as mudanças nas áreas de produção, governança, identidade e conhecimento seriam explicações para a globalização, assim como algo a ser explicado por este processo. A questão seria entender como estas mudanças se combinaram para gerar a globalização e como a mudança em direção a um mundo mais globalizado influenciou os desenvolvimentos nestas quatro esferas.

Pelas conclusões de Scholte, a globalização significou uma importante mudança nas estruturas sociais, mas não uma completa transformação. Ou seja, as principais forças estruturais que impulsionaram a globalização sofreram uma alteração, mas ainda dentro da estrutura da modernidade.

Com relação à produção, as mudanças foram do capitalismo para o hipercapitalismo; na esfera da governança da governança burocrática para a governança policêntrica; na esfera da identidade, da identidade comunitária para a identidade heterogênea, e no tocante ao conhecimento, apesar de desafiado, o racionalismo ainda domina.

Ao analisar mudanças associadas à produção, Scholte (2005) coloca que a globalização não marcou o fim do capitalismo, mas um movimento em direção ao hipercapitalismo. Pois teria colaborado para o seu acirramento, através do desenvolvimento de diversas novas formas de acumulação, como a emergência de novas *commodities*, e o surgimento de novas relações comerciais e de produção, como o comércio intra-firmas e a nova divisão do trabalho.

A regulação exclusivamente estatal teria se tornado inviável, levando à emergência de uma estrutura de governança policêntrica e multinível, compartilhada entre o estado e outras instâncias, subnacionais – cidades e estados – e supraestatais – em nível internacional e regional –, além de atores privados e da sociedade civil.

Mediante a possibilidade de estabelecimento de relações supraterritoriais, os princípios de construção de identidade teriam se diversificado para além do

pertencimento nacional, incorporando outras referências, como gênero, raça, preferência sexual, classe e religião.

Na esfera do conhecimento, a globalização teria promovido mudanças de ordem ontológica, epistemológica e metodológica, que possibilitaram o desafio à supremacia do racionalismo ocidental e às suas premissas. Ontologicamente falando, a globalização possibilitou o questionamento da relação tempo-espço, que dominou a nossa forma de perceber o mundo por mais de um século. Em termos epistemológicos, abriu espaço para outras concepções de conhecimento, como comprova o revigoração de diversas religiões. Ao falamos de metodologia, há uma tendência maior à produção do conhecimento de forma interdisciplinar e menos sujeição a convenções e divisões acadêmicas.

A partir da pesquisa por nós realizada, fomos levados a considerar a Via Campesina como fruto e agente da globalização, além de identificar como estímulo à sua formação, um complexo de forças e motivações associadas a este processo.

2.1. Sociedade Civil Global

Outro conceito central nesta dissertação é o conceito de Sociedade Civil. Não pretendemos, nesta dissertação, explorar as diversas matrizes teóricas de Sociedade Civil, mas cabe dizer que, de acordo com Scholte (2004), os conceitos Lockeano, Kantiano, Hegeliano e Gramsciano seriam inadequados para o entendimento da sociedade civil contemporânea. Na opinião do autor, para a análise do papel da sociedade civil na política global contemporânea, é necessário que se disponha de um conceito que seja “intelectual e politicamente relevante” (2004, p.214). Partindo deste ponto, Scholte desenvolveu o que chamou de “uma definição de trabalho de sociedade civil” (2004, p.213).

De acordo com este conceito:

Sociedade civil deve ser conceituada como um espaço político, ou arena política, onde as associações voluntárias procuram, fora da atividade da política partidária, dar forma às regras (formais e informais) que governam um ou outro aspecto da vida social. (Scholte, 2004, p.214)

Ainda de acordo com esta conceituação, a sociedade civil é formada por associações voluntárias, organizadas sem fins lucrativos ou a pretensão por cargos públicos e que reúnam pessoas com preocupações comuns acerca de uma questão política específica. De forma que para estar contemplada por esta definição, a associação não necessita ter uma estrutura formal, mas é essencial que tenha uma orientação política ativa.

São considerados exemplos de associações de sociedade civil:

movimentos contra a pobreza, fóruns de negócios, os círculos de clã e parentesco, defensores dos consumidores, grupos pró-democracia, iniciativas de cooperativa pelo desenvolvimento, campanhas em defesa do meio-ambiente, mecanismos de pressão em favor de grupos étnicos, associações baseadas na fé religiosa, defensores dos direitos humanos, sindicatos de trabalhadores, grupos comunitários locais, movimentos pela paz, movimentos camponeses, fundações filantrópicas, organismos profissionais, organizações de socorro, grupos de estudo, redes de mulheres, associações de jovens e outras mais (Scholte, 2003, p.15).

Como se pode conferir a partir destes exemplos, a sociedade civil não forma um todo homogêneo e dentro desta diversidade de associações, nem todas compartilham das mesmas visões de mundo ou buscam atingir as mesmas metas e resultados. A partir da análise deste universo, Scholte desenvolveu uma tipologia, que diferencia quatro principais tendências na sociedade civil: a conformista, a rejeicionista, a reformista e a transformadora.

Os conformistas seriam aqueles grupos que buscam atingir uma mudança dentro da estrutura de governança existente. Os rejeicionista seriam aqueles que propõem a eliminação total da economia global. Os reformadores, aqueles que não tencionam uma volta ao passado de um mundo menos globalizado, mas visam à reforma dos mecanismos de governança global, por meio de um ajuste nas regras e instituições que governam este processo. E por fim, os transformadores (radicais, por Scholte, 1998), aqueles grupos da sociedade civil que vêem na globalização a oportunidade de promover uma revolução social plena (Scholte, 2003, p.16). Estes tipos serão analisados em mais detalhes, ainda neste capítulo.

Assim como o conceito de sociedade civil, o conceito de sociedade civil global é altamente contestado, não havendo consenso acerca de sua composição e

nem sequer de sua existência². Estamos trabalhando, nesta dissertação, com o conceito de Sociedade Civil Global de Scholte (1999), o qual associa o seu conceito de sociedade civil à sua noção de globalidade.

De acordo com o autor:

relações globais são conexões sociais nas quais as localidades territoriais, a distância territorial e as fronteiras territoriais não exercem uma influência determinante. No espaço global, o 'lugar' não é territorialmente fixado, a distância territorial é vencida em efetivamente nenhum tempo, e as fronteiras territoriais não apresentam um impedimento particular. De forma que as relações globais podem ser consideradas como tendo um caráter 'supraterritorial' 'transfronteiriço' ou 'transmundial' (p.11).

O critério indispensável, para que uma dada campanha ou associação possa estar contemplada por esta conceituação, é estar lidando com questões que transcendam as suas fronteiras geográficas. Ou seja, para Scholte, mesmo uma associação, que não estabeleça conexões com outras associações fora de seu território, pode ser parte da Sociedade Civil Global, basta estar mobilizada por um tema ou questão que não esteja restrita ao seu território.

Além desta característica indispensável, o autor identifica quatro outras complementares. Basta que uma dada campanha ou associação apresente pelo menos uma destas características – somada àquela considerada primordial – para que esteja contemplada por esta definição de Sociedade Civil Global.

São elas: (a) lidar com questões transmundiais; (b) envolver comunicação transfronteiriça; (c) ter uma organização global; (d) trabalhar na premissa da solidariedade supraterritorial (1999, p.11).

Sendo assim, o conceito de sociedade civil global não estaria vinculado à ocorrência de conexão transnacional entre pessoas, mas à natureza transfronteiriça das questões tratadas por uma dada associação ou campanha.

Por exemplo, uma associação que lide com uma questão global – como o buraco na camada de ozônio – mesmo que não tenha estabelecido conexões com outros grupos sociais, fora de seu território, é considerada parte da SCG. Assim como também é considerada parte da SCG, uma associação civil que tenha como

² Dentre os inúmeros teóricos a lidar com esta discussão, constam: Cox (1999); Colás (2002); Gale (1998); Anheier, Kaldor e Glasius (2001, 2004); Keane (2003); Bolli e Thomas (1999); Keck e Sikkink (1998); Sikkink (2005); Eschle e Stammers (2004); Eschle e Maignashca (2005).

objeto uma questão local, não relacionada ao seu próprio território, como por exemplo, a campanha transnacional contra o *Apartheid* na África do Sul.

Como resultado de nosso estudo, viemos a considerar a Via Campesina e a Campanha Sementes como exemplos do conceito de Sociedade Civil Global de Scholte, aspecto que será explorado nos capítulos 4 e 5 desta dissertação. Em síntese, pode-se dizer que a Via Campesina seja uma organização de perfil global que organiza campanhas e outras ações, em nível local e transnacional, com base na premissa da solidariedade supraterritorial. Identificamos a Campanha Sementes como uma de suas campanhas mais relevantes, cuja principal questão é a luta contra o uso e adoção de sementes transgênicas na agricultura mundial, um tema de abrangência global.

Dentro do espectro amplo de Sociedade Civil Global, podem-se diferenciar diversos tipos de ativismo transnacional³.

Para a análise destas questões, adotamos como referência o viés Transformacional Crítico, de Eschle e Stammers (2004), definido por estes autores como uma tendência apoiada em um vasto conjunto de aportes: o liberalismo, o neo-gramsciano, o anarquismo, o feminismo, a ecologia, o pós-estruturalismo e a Teoria de Movimentos Sociais. De forma que, partindo desta premissa, incorporamos também conceitos trazidos de Sikkink (2003) e Keck e Sikkink (1998).

De acordo com a tipologia desenvolvida por Sikkink (2003), os três tipos de configurações de atores não estatais são as Redes Transnacionais de Ativistas (TANs), as coalizões e os movimentos sociais transnacionais. Em uma relação ascendente, as redes seriam as configurações mais informais e os movimentos sociais transnacionais, os mais raros. Todos os três tipos têm como objetivo final atingir uma mudança social, mas a amplitude desta mudança, assim como o elemento de identificação coletiva, varia em função da formalização das relações estabelecidas.

As redes sustentam-se em valores comuns, na troca de informações e serviços e em um discurso compartilhado, são aquelas que dispõem de menor grau de identificação coletiva e, portanto, não desenvolvem uma coordenação duradoura de táticas. Tem como elemento central, a mobilização estratégica da

³ Dentre estes, ONGs, redes de movimentos sociais, fóruns e coalizões sociais.

informação, que permitiria à sociedade civil exercer pressão sobre estados, organizações internacionais e empresas transnacionais.

As coalizões são caracterizadas pelo desenvolvimento de um conjunto comum de táticas, que vão gerar as campanhas transnacionais. Para isto ser possível, é necessário que haja algum grau de identidade coletiva transnacional e contatos mais formalizados do que no caso das redes. Já que a negociação e discussão de estratégias coordenadas demandariam um grau mínimo de identificação, assim como de interação entre os diversos ativistas ou grupos sociais que compõem a coalizão.

De acordo com Sikkink, para que haja um movimento social transnacional é necessário que haja ativistas em pelo menos três diferentes países, vinculados pela capacidade de empreender uma mobilização conjunta e sustentada. A sua definição de movimentos sociais é influenciada por Tarrow (1994) e McAdam (1982) e seus respectivos estudos de movimentos sociais nacionais. E de acordo com estas concepções, os movimentos sociais são caracterizados pela mobilização dos grupos locais para a ação coletiva transnacional, na base do protesto e ação contestatória.

De acordo com esta autora, um movimento social transnacional é:

Um conjunto de atores vinculados entre si, atravessando fronteiras nacionais, com objetivos e solidariedades comuns e com capacidade de gerar ações coordenadas e sustentadas em mais de um país, tendo como objetivo, influir publicamente no processo de mudança social (Sikkink, 1999, p.305)

Consideramos a tipologia desenvolvida por Sikkink (1999) útil para entendermos a Campanha Sementes e as relações estabelecidas entre a Via Campesina e a diversidade de atores com os quais interage em nível internacional. Mas para caracterizar o movimento social em si, preferimos trabalhar com o conceito de Rede Transnacional de Movimentos Sociais, de Eschle; Stammers (2004) que incorporam critérios que consideramos indispensáveis.

De acordo com Eschle e Stammers (2004), uma rede de movimentos sociais deve necessariamente incorporar grupos informais e ativismo extra-institucional.

Como explicado pelos autores:

quando a atividade simbólica, as inovações de estilo de vida, os grupos informais, as articulações não institucionais de identidade coletiva e os protestos populares desaparecem, um movimento social deixou de existir (Eschle & Stammers, 2004, p.352)

Para a melhor compreensão do seu conceito, os autores desenvolveram uma distinção analítica entre três diferentes formas de conceituação de *redes*:

1. uma rede de interações informais ligando organizações formais (uma rede transnacional advocativa).
2. A suavização/afrouxamento de hierarquias dentro de uma organização, que ainda se mantém formalmente constituída (uma organização em rede).
3. Uma rede de interações informais que reúne grupos informais e indivíduos e, por vezes, organizações formais, em lutas por mudança social na base da identidade compartilhada

Eschle e Stammers adotam o terceiro modelo para caracterizar uma Rede de Movimentos Sociais, explicando que uma rede de movimentos sociais deve necessariamente incorporar o ativismo extra-institucional de indivíduos e grupos, podendo também conectar este ativismo ao ativismo de organizações mais formais, orientadas a uma ação mais formalizada.

Depreende-se que, de acordo com este conceito, uma verdadeira rede de movimentos sociais é aquela que mantém uma forte relação com a base: os ativistas e/ou movimentos sociais locais. De forma que, uma rede constituída apenas de organizações formais, sem a participação ativa de movimentos de base em processos contenciosos, não seria considerada um movimento social, estando mais próximo ao conceito de *Transnational Advocacy Networks* (TAN) de Keck e Sikkink (1998).

A noção de Rede de Movimentos Sociais, de Eschle e Stammers, pode ser considerada adequada à análise da Via Campesina, por ser esta uma rede transnacional de movimentos sociais que tem a sua força e existência dependente da relação que mantém com os movimentos sociais locais que dela fazem parte.

Um outro aspecto que favoreceu a nossa escolha é que, ao analisarem a atuação dos movimentos sociais em nível global, estes autores adotam um entendimento multidimensional de globalização que consideramos estar em harmonia com a definição de Scholte (2005).

Para Eschle e Stammers não há uma única força ou direcionamento na globalização. Este processo seria multicausal, multidimensional, contextual, altamente desigual, estratificado e imprevisível, sendo fruto da interseção de relações de poder – econômicas, políticas, tecnológicas e culturais – em escala global (Eschle e Stammers, 2004, p.354).

A atenção dos autores está voltada à “alta densidade e flexibilidade das relações sociais através do globo; a reconfiguração do espaço e do tempo; e ao papel da consciência, reflexividade e agência” (Eschle e Stammers, 2004, p.354).

O modelo multidimensional de globalização sugere uma relação complexa e interativa entre o ativismo local e os processos globais. E em defesa desta relação, os autores apresentam dois argumentos principais: o primeiro afirma que o local e o global podem ser mutuamente constitutivos e o segundo – uma extrapolação do conceito de “distanciamento de tempo-espaço” de Antony Giddens – implica na dissociação das relações sociais de seu contexto familiar local e na representação de tradições e atividades pertencentes a outra cultura, em um novo contexto e local, até então desconhecidos (p.354-355).

Além dos argumentos apresentados acima, os autores oferecem certos direcionamentos que pretendemos adotar na análise da Via Campesina: (a) a noção de que “estruturas de oportunidades transnacionais” vão além das instituições internacionais, englobando mudanças mais amplas em outros tipos de relações sociais e estruturas; a consideração da possibilidade de tensão entre tendências homogeneizantes e fragmentadoras e da emergência de formas culturais híbridas; (b) a noção da existência de várias assimetrias de estrutura e de poder, que faz com que certas ideologias e instituições globais sejam muito influentes e preponderantes em certos contextos; (c) a noção de que a atuação social ocorre em nível local e global, simultaneamente; (d) a noção de que movimentos sociais sofrem os efeitos dos processos globais, ao mesmo tempo em que são agentes da globalização; (e) a valorização dos aspectos expressivos e instrumentais envolvidos; (f) o empreendimento de uma análise de *framing*, com ênfase em idéias, ideologias e cultura que vá além do viés liberal; (g) a noção de que a representação que os ativistas têm de si mesmos e do mundo são uma fonte vital de conhecimento que pode ter poder constitutivo.

2.2. O conceito de multilateralismo complexo

O objetivo final desta dissertação é a análise da atuação da Via Campesina em relação às organizações internacionais, FAO e OMC e para esta análise, partimos do conceito de Multilateralismo Complexo, desenvolvido por O'Brien; Goetz; Scholte e Williams (2000).

De acordo com este conceito a governança global deixou de ter uma característica eminentemente estatal, passando a ser exercida, também, pela sociedade civil em interação com as organizações internacionais⁴.

O Multilateralismo Complexo pode ser considerado adequado ao contexto atual, por descrever uma forma intermediária entre o antigo multilateralismo, conduzido preferencialmente por estados e organizações estatais e o “novo multilateralismo⁵”, ainda utópico, construído com base em uma sociedade civil global participativa.

O multilateralismo complexo foi desenvolvido a partir do Multilateralismo de Ruggie (1992) e é caracterizado por cinco principais mudanças, associadas à governança global (O'Brien; Goetz; *et all*, p.5-6). A primeira está associada à mudança institucional sofrida pelas organizações econômicas multilaterais que, em função das pressões da sociedade civil, criaram mecanismos institucionais para o engajamento com seus representantes.

A segunda característica seria o fato dos principais envolvidos nesta nova forma de multilateralismo – os estados, corporações transnacionais, ONGS e movimentos sociais – estarem divididos por metas e motivações conflituosas. As organizações têm como objetivo principal manter o direcionamento de suas políticas enquanto que a meta de muitos atores da sociedade civil é mudar o direcionamento político destas instituições.

⁴ Para uma discussão mais ampla sobre governança global e Multilateralismo, consultar: Keohane (1990, 2002), Keohane e Nye (2001), Rosenau (1999, 2000, 2002), Ruggie (1992), Martin (2003), Sikkink (2005), Hewson e Sinclair (1999a, 1999b), Hirst e Thompson (2002), Palan (1999), Woods (2002), Steans (2002), entre outros.

⁵ O “novo multilateralismo” é resultado do MUNS, um projeto desenvolvido por Cox e financiado pela Universidade da ONU, que tem como objetivo forjar uma forma de multilateralismo que seja construída, de baixo para cima, com base em uma sociedade civil global participativa. (O'Brien; Goetz, *et al*, 2000).

A terceira característica estaria associada à segunda, e identifica que, em função destas rivalidades, os resultados desta interação não são profícuos, como potencialmente poderiam ser. E nesta disputa, as organizações internacionais e as corporações transnacionais tendem a obter resultados mais favoráveis do que a Sociedade Civil Global (SCG).

A quarta característica estaria relacionada ao impacto diferenciado que esta mudança exerceu sobre os estados, em função de sua posição hierárquica no sistema internacional, beneficiando os mais fortes em prejuízo dos mais fracos. E o quinto aspecto identificado refere-se à ampliação da agenda política das organizações internacionais, que passaram a contemplar mais questões sociais.

Os autores identificam como o principal motor para esta mudança, a pressão da opinião pública por maior *accountability* e mais transparência nos processos de definição de políticas, no seio das instituições econômicas multilaterais. Em resposta, estas organizações teriam iniciado, a partir da década de 1980, um processo de mudança institucional, através da criação de mecanismos internos para a participação da sociedade civil. E esta mudança revelaria a conscientização das instituições, de que outros atores além dos estados expressam o interesse público.

Se considerarmos a discrepância nas relações de força, cabe a seguinte pergunta: quais as motivações para o engajamento das organizações econômicas multilaterais com a sociedade civil global?

De acordo com estes autores, esta relação interessaria às instituições internacionais por duas principais razões, que variam em função do perfil da organização: uma seria a vulnerabilidade da organização à pressão da sociedade civil e a outra, o seu interesse em neutralizar a oposição às suas políticas e, neste último caso, o objetivo seria cooptar seus opositores e, se possível, transformá-los em aliados. Uma terceira motivação estaria associada à capacidade de influência da sociedade civil junto aos seus respectivos governos, um fator determinante quando se pensa nos Estados Unidos, um dos maiores doadores do Banco Mundial e cujo congresso sofre um lobby fortíssimo da sociedade civil americana (Scholte, 2004).

Uma quarta razão seria a diversidade de papéis complementares que a sociedade civil pode exercer para as organizações internacionais, já que estas não

dispõem de equipes em todos os países em que atuam. As ONGS podem fornecer informações sobre as suas respectivas sociedades e sobre os efeitos das políticas prescritas, por estas organizações, principalmente, para os mais necessitados e marginalizados. Uma segunda complementaridade seria no papel de *educar* e informar as sociedades sobre a governança global e o desempenho destas instituições neste processo. Uma terceira função, exercida por estas associações, seria o monitoramento da aquiescência dos países às políticas prescritas por estas organizações. E por fim, a sociedade civil tem um papel fundamental na legitimação ou deslegitimação das agências econômicas multilaterais. (O'Brien; Goetz; *et all*, 2000).

Dentre as organizações econômicas multilaterais, estamos prioritariamente interessados na OMC, pois o nosso foco é na interação da Via Campesina com esta instituição, sendo assim, daremos prosseguimentos com a análise do processo de interação da sociedade civil com a OMC.

2.3.

A relação da sociedade civil com a OMC: diálogo e protesto

Dado o substancial crescimento do escopo e autoridade da Organização Mundial do Comércio (OMC), na regulação do comércio global, muitos grupos da sociedade civil desenvolveram um considerável interesse na instituição. Com a incorporação das negociações de agricultura⁶ e propriedade intelectual pelo regime multilateral do comércio, a Via Campesina também passou a canalizar seus interesses para esta instituição.

Ao analisar a relação entre a OMC e a sociedade civil, O'Brien (2002) explica que, pelo fato da OMC lidar com comércio – um tema delicado para os estados –, o compromisso com a confidencialidade das informações seria muito importante e esta seria uma das principais razões para os estados membros relatarem em abrir as suas operações à avaliação externa, o que faz com que esta seja uma das instituições mais fechadas à interferência externa.

⁶ Este tema será abordado no próximo capítulo.

Durante os quarenta anos de existência do GATT, não houve relações formais com ONGs ou movimentos sociais, mas na conclusão da Rodada do Uruguai (um processo iniciado em 1986 e concluído apenas em 1995), os mecanismos de regulação do comércio internacional foram institucionalizados e novos temas como serviços, agricultura e propriedade intelectual – antes não contemplados pelo GATT – passaram a ser negociados pela nova organização, com o objetivo primordial de liberalização do comércio, em todas estas áreas.

O aumento do escopo e do poder da OMC em relação ao GATT fez aumentar a pressão social, fazendo com que, em 1996, a organização inaugurasse um processo de engajamento com a sociedade civil, mas Scholte, O'Brien e Williams (1998) alertam que esta relação não é intrinsecamente positiva, os seus reflexos para a governança global da economia dependem de ser bem ou mal conduzida. Se bem conduzida esta relação pode colaborar para aumentar o grau de transparência e *accountability* da instituição e para tornar a governança global da economia mais justa e equilibrada. Se mal conduzida, pode ter reflexos negativos, contribuindo inclusive para acirrar desigualdades.

Estes autores consideram que este processo não tenha retorno, sendo assim, o desafio que se apresenta é fazer com que esta relação traga resultados benéficos para a governança global do comércio. A seguir apresentaremos as vantagens e perigos potenciais desta relação identificados por Scholte, O'Brien e Williams.

Por um ponto de vista positivo, as associações da sociedade civil podem funcionar como canais de ligação entre as sociedades e a instituição, por meio do fornecimento de informação – dados e análise – que serão úteis na formulação, implementação e revisão de políticas, além de exercer o papel de agentes educadores, colaborando para aumentar o entendimento público acerca da OMC e de suas políticas.

Ao debater as políticas da OMC, as ASC podem dar outra excelente contribuição ao apresentarem novas perspectivas e ao desenvolverem propostas alternativas; desta forma desafiam e pressionam a OMC a esclarecer, avaliar e até revisar as suas políticas, contribuindo para aumentar o nível de transparência e *accountability* da instituição.

Por outro lado, esta relação pode ter impactos negativos, caso a OMC encare a interação com a sociedade civil apenas como um mero exercício de

relações públicas, ou considere apenas as associações que apóiam as suas políticas, em detrimento das que as questionam. Neste caso, esta relação pode contribuir para acirrar desigualdades e para a exacerbação da oposição, além de gerar uma avaliação falsa sobre a aceitação e popularidade das políticas da instituição.

A sociedade civil também pode ser uma influência negativa na OMC, caso as suas intervenções na governança global sejam mal direcionadas ou mal formadas, desta forma, ao invés de colaborar positivamente estariam contribuindo para corromper as operações institucionais e o desenvolvimento de políticas.

Partindo agora para a análise desta interação, tendo como referência os interesses da sociedade civil. Quais seriam as suas principais motivações?

Esta resposta varia em função da associação em questão, já que a OMC é mais ou menos permeável à influência de organizações sociais, em função de seu perfil e intenções. De acordo com os autores, as associações conformistas são as que têm maior influência na instituição; as de perfil reformista dispõem de algum grau de penetração na organização, embora com um acesso muito mais restrito que as conformistas e as de perfil transformador não dispõem de espaço algum na instituição.

As associações conformistas aceitam o discurso, a ideologia, as metas e a base da OMC, oscilam entre o liberalismo e o mercantilismo e têm como objetivo influenciar a instituição no sentido de obter mais vantagens comerciais, ou atingir maior ou menor grau de protecionismo em determinadas áreas. Em suma, estas organizações têm mais acesso à OMC porque questionam os resultados, mas não os fundamentos do regime de comércio global.

Dentre estas associações constam as associações corporativas de negócios, como o Fórum Econômico Mundial, a Câmara Internacional do Comércio e a *European Rond Table of industrialists*; as uniões de grandes agricultores comerciais, como a *National Farmers Alliance* a *Pork Producers Council* e a *American Sugar Alliance*, que visam à liberalização do comércio agrícola e *think tanks*, como a *Brooking Institution* and *The institute for international economics* (Scholte, 2005).

As associações de perfil reformista seriam aquelas que aceitam a necessidade de um regime global do comércio, mas visam à reforma da OMC. Os

autores identificam como os principais conjuntos de organizações de perfil reformador: os *lobbies* a favor da democratização das operações da instituição, as organizações trabalhistas, as ONGS de desenvolvimento, certas ONGS ambientalistas, as organizações de proteção ao consumidor e as organizações feministas focadas na questão do trabalho. Estas organizações têm a intenção de revisar políticas negativas associadas a áreas de seu interesse particular, mas no geral, as associações reformistas demandam maior participação pública e maior disponibilidade de informação.

Ou seja, lutam por mais acesso e influência dos cidadãos nos procedimentos e decisões tomadas na instituição; pela inclusão de representantes da sociedade civil nas suas deliberações, revisões políticas e mecanismos de resolução de disputas; pela consideração da opinião da SCG no processo de formulação de políticas da OMC, e por maior acesso à informação e a documentos oficiais.

Em suma, independente dos interesses específicos de cada associação, as de perfil reformistas questionam a falta de transparência *accountability* e democracia da OMC, tendo como objetivo a revisão do regime de comércio global, através de mudanças nas políticas, ideologia e procedimentos operacionais da OMC.

Por último, temos as associações de perfil transformador que, de acordo com Scholte, O'Brien e Williams (1998), não tem acesso algum à OMC. As associações, organizações, campanhas ou coalizões de perfil transformador são aquelas que tentam reduzir a competência e os poderes da OMC, ou até abolir a instituição.

Scholte (2005) identifica como exemplos de associações com este perfil, a ONG Greenpeace, a Rede de Movimentos Sociais Via Campesina⁷, a coalizão *People Global Action*, formada com o objetivo de acabar com a OMC, e as campanhas contra a ratificação da Rodada do Uruguai e do NAFTA.

De que forma a OMC interage com a sociedade civil?

Analisando este processo, Scholte, O'Brien e Williams (1998) colocam que, desde 1994, a OMC vem tomando medidas concretas para estreitar esta relação. As maiores críticas à instituição são à falta de transparência e *accountability* e à desigualdade de oportunidades de acesso, já que as ASC não têm participação

⁷ Esta opinião não é unânime. De acordo com Borrás (2004), a Via Campesina teria um perfil reformador, por não visar ao fim da OMC, mas à retirada das questões de agricultura da competência desta instituição.

direta na formulação de políticas da instituição e as decisões e assembléias realizadas pela mesma são feitas a portas fechadas.

Em resposta a estas demandas, a instituição tomou medidas que fizeram com que a “OMC passasse de opaca a translúcida” (Scholte, O’Brien e Williams, 1998, p.16). As medidas tomadas foram no sentido de ampliar o acesso à informação sobre as políticas desenvolvidas na OMC e a ampliar os canais de troca e de diálogo entre a instituição e as ASC.

A partir de 1996, a OMC adotou alguns procedimentos para viabilizar a circulação e liberação de certos documentos. De acordo com as medidas implementadas: (a) os relatórios dos painéis de disputa passaram a ter *status* público, logo assim que adotados; (b) os relatórios completos sobre as revisões de políticas comerciais passaram a ser publicados, assim como os sumários dos procedimentos do comitê sobre comércio e meio-ambiente; (c) os canais de divulgação e informação foram ampliados e *briefings* passaram a ser fornecidos, assim como a produção de publicações oficiais foi ampliada e disponibilizada no sítio eletrônico da organização; (d) os canais de interação com a SC foram ampliados e a OMC passou a receber vários representantes de associações de negócios e a organizar (desde 1994) quatro simpósios anuais sobre comércio e Desenvolvimento Sustentável, voltados a associações da sociedade civil.

Ainda de acordo com Scholte, O’Brien e Williams (1998), apesar destas medidas irem claramente além da retórica, ainda são pouco satisfatórias. No geral, faltam objetivos claros e bem formulados e canais adequados de comunicação, de forma que na avaliação dos autores, o engajamento da OMC com a sociedade civil é ainda superficial e improvisada.

Em contraste com o Banco Mundial, a OMC não estabeleceu nenhum comitê com grupos civis, a sua divisão de Relações Externas permaneceu pequena e o efetivo despreparado para esta relação. Ainda em contraste com a outra instituição, a OMC tomou poucas medidas para institucionalizar a sua relação com a ASC ou para envolvê-la diretamente na formulação de políticas. Por exemplo, nenhum arranjo para a aprovação permanente de ASC foi implementado, o que faz com que, a cada novo evento, sejam criadas medidas *ad hoc* para a admissão de organizações da sociedade civil. Como também, não há abertura na OMC, para que organizações da sociedade civil participem como

observadoras em comitês da organização, ou para que algum grupo da sociedade civil esteja sistematicamente envolvido em revisões de políticas ou procedimentos de disputa de acordos.

Ao analisarem os empenhos feitos pela sociedade civil para melhorar a qualidade de sua relação com a OMC, os autores concluem que vigora a mesma superficialidade. De acordo com suas análises, são poucas as organizações que desenvolvem pesquisas voltadas à compreensão das políticas da OMC; os autores identificam que, a maioria das ASC com interesse nesta instituição atua apenas em eventos, conferências, conjuntos de negociação ou disputas comerciais, nos quais têm interesse específico.

A falta de diálogo entre a OMC e as associações da sociedade civil de perfil transformista e reformador, seria outro problema apontado por esta análise, que identifica a falta de abertura e reciprocidade de ambas as partes.

Com relação ao aspecto democrático desta relação, os autores apontam problemas tanto na OMC quanto na sociedade civil. Afirmando que as ASC criticam a falta de democracia na OMC, quando elas mesmas dão pouca atenção a suas deficiências de representatividade, transparência, processos de consulta e *accountability*. O que colaboraria para que os estados e a OMC questionem a legitimidade e o direitos destas associações terem uma participação mais ativa na instituição.

Ao analisarem o acesso da sociedade civil à OMC, os autores concluem que o critério adotado não é universal e, conseqüentemente, o acesso é desequilibrado e pautado por desigualdades relacionadas a vários tipos de discriminação: classe social, gênero, perfil educacional e origem. A maioria das pessoas com acesso à OMC seriam homens, urbanos, provenientes de países desenvolvidos, com formação superior e domínio de informática e da língua inglesa. E este perfil se repete nas ASC com maior acesso à instituição, sendo as associações de negócios, aquelas com maior penetração junto à OMC.

Como um exemplo desta distorção, os autores trazem o encontro de Singapura, no qual, 65% das ASC eram ligadas a negócios, seguidas (com uma participação bem inferior) por ONGS ligadas ao meio-ambiente, associações de trabalhadores e ONGS de desenvolvimento; enquanto as comunidades de base – como a Via Campesina – não teriam tido acesso à instituição.

Sabe-se, a partir de outros autores como Desmarais (2002, 2003a), Della Porta & Tarrow (2005), que as associações e coalizões de perfil transformador têm como principais estratégias os bloqueios, os protestos e as coalizões. Costumam organizar marchas de protestos em eventos chaves – como as reuniões oficiais da OMC – com o objetivo principal de colaborar para o fracasso das negociações. Durante estes eventos, estas associações costumam realizar palestras e proferir discursos com a intenção de “educar” a opinião pública sobre os efeitos negativos das políticas liberalizantes prescritas pela OMC, além de organizarem eventos criativos, tendo como intenção conquistar a simpatia da opinião pública e conseguir espaço positivo na grande imprensa.

Scholte, O’Brien e Williams (1998) analisaram, ainda, os fatores que determinam a forma como se dá a relação da OMC com a sociedade civil. Estes autores identificam em um conjunto formado por limitações de recursos e constrangimentos estruturais, os aspectos responsáveis pelos principais obstáculos à interação da OMC com as ASC.

Os autores tecem uma comparação entre a OMC, o FMI e o Banco Mundial, concluindo que a OMC dispõe de muito menos recursos – em termos de pessoal, orçamento, informação e capacidade de coordenação – do que as duas outras instituições. Sobre os aspectos estruturais, os autores desenvolvem uma análise estrutural, de viés histórico-social, concluindo que condições estruturais profundas, anteriores à criação da OMC, limitam a influência que certos atores possam exercer na OMC.

Os resultados desta avaliação apontam que a OMC seria um reflexo de uma estrutura de poder antiga e enraizada em áreas tão diversas como cultura, política, hierarquia, conhecimento e soberania. Antes da criação desta organização, a estrutura cultural da governança global já seria caracterizada pela falta de transparência, assim como a estrutura da política mundial já seria hierárquica, beneficiando certos estratos sociais, em prejuízo de outros. O fato de as associações de países desenvolvidos terem mais acesso e oportunidades de participação nas estruturas destas instituições, também seria um reflexo de antigas estruturas de subordinação, entre o Norte e o Sul global; bem como, as estruturas de poder do conhecimento - que formam a base ideológica desta instituição - seriam as mesmas que conferem ao neoliberalismo, o *status* de única política

possível para a governança global da economia. Por fim, temos a estrutura de soberania westfaliana que ainda se impõe, como se a governança meramente estatal fosse ainda uma realidade, e não tivéssemos evoluído para um modelo de governança policêntrico.

Acreditamos que a análise dos autores sobre a interação da OMC com a sociedade civil, além de revelar os detalhes desta relação, ajuda a compreender as estruturas de poder e as relações de força que estão por trás do funcionamento desta instituição. A partir deste entendimento, torna-se possível a compreensão da descrença da Via Campesina em relação à possibilidade de reforma desta organização, o que faria com que se recusasse a colaborar na estrutura da instituição, preferindo a estratégia contenciosa, baseada em protestos, bloqueios e coalizões.

2.4. A análise de campanhas em Relações Internacionais

Apesar de o conceito de Multilateralismo Complexo abordar a relação entre movimentos sociais e organizações internacionais, Keck e Sikkink (1998) valorizam aspectos que parecem fundamentais na Campanha Sementes, tais como os papéis relevantes da informação, da conceituação de questões (*framing*), e da comunicação e troca, na dinâmica de uma campanha social.

De acordo com Sikkink (2003), as coalizões, redes transnacionais advocativas e movimentos sociais transnacionais operam através de suas campanhas transnacionais, ou seja, através de processos de construção de questões (*issues*), constrangidos pelo contexto da ação, na qual são empreendidos. Segundo Keck e Sikkink (1998), na dinâmica de uma campanha, os ativistas identificariam um problema, especificariam uma causa e elaborariam uma solução, visando produzir mudanças de natureza processual, normativa e substantiva, na área em questão. Como se confere em sua definição de *campanha*, segundo a qual, está é:

[...]um conjunto de estratégias e atividades relacionadas, em qual membros de uma network principal, difusa, desenvolvem laços explícitos e visíveis, reconhecendo papéis mútuos na busca por metas comuns e, em geral, contra um alvo comum (Keck;Sikkink, 1998, p.25).

Assim sendo, em uma campanha, atores centrais da rede mobilizam outros atores e iniciam uma tarefa no sentido de estruturar a integração e a negociação cultural nesta rede e, assim como no plano doméstico, levantam recursos, articulam-se, propõem e preparam atividades, além de conduzir as relações públicas. No entender das autoras citadas, em uma campanha, o mais raro seria desenvolver, de modo consciente, uma estrutura comum de sentidos (*common frame of mening*), o que é dificultado pela diversidade cultural dos diferentes componentes da rede transnacional.

Nesta relação, a rede de conexões entre os diversos grupos sociais, que compõem a rede, revelar-se-ia através do fluxo de informação recíproco. Sendo assim, pode-se dizer que no cerne da relação em rede constariam a comunicação e a troca de informação.

De acordo com as autoras, a importância, e inovação introduzida por estas redes de relações transnacionais, residiria na geração de capacidade de mobilização estratégica da informação para atores não estatais, os quais passam a fazer uso deste recurso, como ferramenta de persuasão, pressão e influência sobre organizações e governos.

Pretendemos, nesta dissertação, analisar as relações da Via Campesina com a OMC e a FAO, a partir de uma campanha: a Campanha Sementes contra a adoção e legalização da agricultura transgênica. Consideramos que o multilateralismo complexo descreve as mudanças no sistema de governança global da economia, mas não fornece-nos ferramentas próprias a esta análise, de forma que buscamos em Keck e Sikkink (1998) e Sikkink (2003), o complemento necessário.

De acordo com as autoras, o foco nas campanhas realça: (a) as relações que são estabelecidas e mantidas entre os diversos atores – os ativistas, seus aliados e oponentes; (b) facilita a identificação dos recursos que fazem uma campanha possível – informação, liderança e capital simbólico e material; (c) revela os tipos de estrutura institucional – tanto doméstica quanto internacional – que encoraja ou impede certos tipos de ativismo transnacional; (d) permite explorar as negociações feitas acerca de *sentido*, enquanto investigam a evolução de táticas; (e) permite reconhecer as diferenças existentes dentro de uma mesma rede com relação a acesso a recursos, diferenças culturais e concepções diferentes de suporte à

campanha, ao mesmo tempo em que identificam os papéis críticos que diferentes atores preenchem.

No entender de Sikkink (2003), o ativismo transnacional difere em termos de processo, fontes e resultados das ações e estas diferenças podem ser acessadas, analisando-se o destinatário das ações. Em algumas circunstâncias, a intenção imediata de uma campanha pode ser atingir um estado ou um ator privado, mas se a ação coletiva tiver se originado da oposição a uma instituição internacional ou empresa transnacional – como no caso da Campanha Sementes – visa a um resultado transnacional que, acredita-se, terá impactos sobre os estados.

Neste caso, as instituições internacionais, os acordos regionais, assim como as empresas transnacionais são percebidas pelos ativistas, como estruturas de oportunidade política transnacionais, incentivando-os à ação coletiva transnacional. Sikkink (2003) parte do conceito de estruturas de oportunidades políticas doméstico, de Tarrow (1994), segundo o qual, os espaços de oportunidades políticas não são apenas percebidos e aproveitados pelos ativistas, mas também podem ser criados por eles.

Estas estruturas de oportunidades variam em função dos seus temas e diferenças institucionais e, assim como O'Brien, Scholte e Williams (1998), Sikkink (2003) considera a OMC como uma das mais instituições mais fechadas à interferência da sociedade civil e o sistema ONU como o mais democrático e permeável a esta influência. De acordo com a autora, é importante que se dê atenção à interação contínua entre as estruturas nacionais, regionais e transnacionais, tendo como objetivo analisar seus efeitos sobre o ativismo social. A seu ver, o ativismo transnacional é motivado pela percepção, por parte dos ativistas, de que o seu espaço de oportunidades políticas nacional está fechado a sua influência. O que leva a autora a afirmar que, no caso da OMC e do NAFTA, a tendência dos ativistas seria buscar influenciar seus respectivos governos, ao invés de atuar diretamente em relação a estas estruturas.

Mas o que se pode perceber, a partir da análise da atuação da Via Campesina, é que uma estratégia não excluiria a outra, o que também é explicado pela autora. De acordo com Sikkink (2003), a ação coletiva transnacional é explicada por fatores de atração (*pull factors*) e fatores de expulsão (*push factors*).

Os fatores de expulsão são os diferentes tipos de repressão que impulsionam a internacionalização do ativismo, dentre estes, a autora identifica a globalização da economia, as empresas transnacionais e os acordos regionais, como o NAFTA e o MERCOSUL. Os fatores de atração são exercidos pelas redes, coalizões e movimentos sociais transnacionais, quando buscam recrutar membros para as suas campanhas. Outro fator de atração é exercido pelos fóruns paralelos de ONGS/SC, organizados pelas instituições internacionais e acordos regionais, assim como pelos fóruns sociais mundiais e regionais. Estas seriam oportunidades para a troca de experiências entre ativistas de diferentes procedências e raízes sócio-culturais, que favorecem o desenvolvimento de confiança entre eles e a percepção da existência de objetivos e desafios comuns, que estimulam a ação coletiva transnacional. Ainda um terceiro fator de atração seria a existência e visibilidade de instituições e normas internacionais, na área em questão, que oferecem novos objetivos e oportunidades para a conexão de ativistas. Além destes, Sikkink identifica, ainda, como fatores facilitadores à ação coletiva transnacional, os avanços tecnológicos nas áreas de comunicação e transporte.

Para análise da efetividade de uma campanha, Keck e Sikkink (1998) desenvolveram quatro estágios de influência que serão as referências usadas para a análise da atuação da Via Campesina junto à FAO e à OMC.

O primeiro destes estágios é a criação de questões (*issues*) e a criação de uma agenda. O segundo, a influência na posição de discurso de Estados e organizações internacionais. O terceiro, a influência em procedimentos institucionais e o quarto, a influência na mudança política de atores alvo: os Estados, as organizações internacionais e as empresas privadas.

Apesar de não considerarmos que a influência da Via Campesina sobre a política mundial esteja resumida à sua relação com atores estatais, para a avaliação dos impactos da Campanha Sementes na FAO e OMC, os estágios de influência identificados por Keck e Sikkink são as referências teóricas mais adequadas. Estas revelariam como a ação coletiva transnacional pode contribuir para mudar as práticas, comportamentos, interesses e identidades de atores-chave, como as organizações internacionais. E neste processo, Sikkink (2003) identifica a importância da dimensão sócio-cultural da “política cívica mundial”, definida

como aquela “na qual, os ativistas trabalham para alterar as condições culturais sem pressionar diretamente os estados” (p.317).

De acordo com a autora:

Reconhecemos que esta dimensão cultural ou social é crucial para compreender a atividade dos movimentos sociais transnacionais e cremos que está englobada nas categorias de *framing*, fixação de agenda e mudança discursiva. Qualquer avaliação de impacto não deve perder de vista que os movimentos geralmente criam conceitos e questões que não estavam presentes nos debates anteriores (Sikkink, 2003, p. 317).

Pretendemos mostrar, ao longo desta dissertação, que esta dimensão seria um elemento central da Campanha Sementes e crucial para a avaliação da atuação da Via Campesina em relação às instituições internacionais, assim como para a análise das alianças e parcerias construídas por este movimento social transnacional com outros atores.